

O que a Ciência Política (não) tem a Dizer sobre o Neogolpismo Latino-Americano?

Gabriel Eduardo Vitullo¹
Fabricio Pereira da Silva²

Qual tem sido a reação da ciência política latino-americana, e especialmente da ciência política brasileira, diante dos processos de ruptura institucional de novo tipo sofridos por diversos países da região nesta última década? Ou, mais concretamente: como a disciplina vem se posicionando frente ao que aconteceu em Honduras em 2009, no Paraguai em 2012, e no Brasil em 2016? Qual a centralidade que ocupa este tema na agenda de investigação dos cientistas políticos dos nossos países? Nestas páginas procuraremos responder a estas perguntas, a partir da análise dos textos publicados nas principais revistas da área, assim como do exame dos artigos apresentados nos Congressos da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e nos Congressos da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP).

Partimos do pressuposto de que, diante de um fenômeno novo que põe em xeque a sobrevivência das democracias latino-americanas, a ciência política,

¹ Professor Associado no Departamento de Ciências Sociais e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Possui Graduação em Ciência Política (1994) e Graduação em Direito (1995), ambas pela *Universidad de Buenos Aires* (UBA), Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1999) e Doutorado em Ciência Política por essa mesma universidade (UFRGS, 2005). Fez Pós-Doutorado na Universidad Complutense de Madrid (2014-2015). Contato: gvitullo@hotmail.com

² Professor Adjunto do Departamento de Estudos Políticos e Professor do Quadro Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Colíder do Centro de Análise de Instituições, Políticas e Reflexões da América, África e Ásia (CAIPORA), Grupo de Pesquisa sediado na UNIRIO. Professor da Maestría en Estudios Contemporáneos de América Latina da Universidad de la República (UdelaR) do Uruguai. Gradou-se em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fez o Mestrado em História Social pela UFRJ e o Doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Fez Pós-Doutorado no *Instituto de Estudios Avanzados* da *Universidad de Santiago de Chile* (2019-2020). Contato: fabriciopereira31@gmail.com



sempre preocupada justamente com a questão democrática, deveria dar ao assunto o destaque que este merece, pondo-o, assim, no topo das suas preocupações acadêmicas e políticas. Algo que, todavia, pareceria não se verificar na prática: a nossa primeira impressão é que, de fato, a disciplina não tem prestado ao tema a importância que este exige. Fora eventos como os cursos sobre “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil” – que congregaram alguns valorosos cientistas políticos da área como organizadores ou ministrantes –, pareceriam ser poucos os colegas que se debruçam sobre o fenômeno do neogolpismo e publicam ou apresentam artigos sobre o tema. E, nas poucas ocasiões em que o assunto aparece, daria a impressão de que são minoria os que caracterizam os fatos acontecidos nos três países acima citados como “golpes” ou “neogolpes”. Estas, então, são as respostas provisórias às perguntas acima formuladas e que dão lugar à hipótese a ser testada no presente texto: a produção acadêmica sobre o assunto seria pouco expressiva em termos quantitativos, e em geral tímida na sua capacidade de análise e potencial de crítica.

O artigo se estrutura da seguinte forma. Na primeira parte apresentamos a metodologia utilizada para a seleção, coleta e análise dos dados empíricos. Na segunda parte discutimos conceitualmente o fenômeno do neogolpismo, apontando por que efetivamente são golpes, e de que natureza; adicionalmente oferecemos algumas reflexões pontuais sobre o caráter inercialmente conservador da ciência política hegemônica (que marca também sua produção latino-americana). Na terceira parte expomos sistematicamente os dados empíricos, de modo a testar a hipótese levantada. Por fim, na conclusão sistematizamos os resultados finais e propomos uma agenda de pesquisa para os colegas interessados em colocar os neogolpes no centro do debate da nossa disciplina.

Metodologia

A efeitos de explorar a pertinência ou não da nossa hipótese, realizamos uma análise bibliométrica do material publicado nas principais revistas de ciência política latino-americanas – com especial destaque para aquelas editadas no Brasil – e dos trabalhos apresentados nos Congressos da ABCP e da ALACIP sobre os processos de ruptura institucional sofridos por Honduras (2009), Paraguai

(2012) e Brasil (2016). O período do levantamento se estende por quase uma década: começa em julho de 2009, logo depois de ocorrido o neogolpe em Honduras, e se prolonga até o final de 2018. O universo pesquisado perfaz um total de 6.915 materiais publicados em 24 revistas selecionadas e 9.818 trabalhos programados nas sucessivas edições dos eventos citados.

As publicações brasileiras escolhidas para a análise foram: *Dados – Revista de Ciências Sociais* (Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, IESP-UERJ), *Revista de Sociologia e Política* (Universidade Federal do Paraná, UFPR), *Opinião Pública* (Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas, CESOP/Unicamp), *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, ANPOCS), *Brazilian Political Science Review* (Associação Brasileira de Ciência Política, ABCP), *Novos Estudos CEBRAP* (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, CEBRAP), *Revista Brasileira de Ciência Política* (Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, IPOL-UnB) e *Revista de Ciências Sociais* (Universidade Federal do Ceará, UFC).

No caso das revistas editadas em outros países, as publicações analisadas foram: *América Latina Hoy* (Universidad de Salamanca, Espanha), *Revista de Ciencia Política* (Pontificia Universidad Católica de Chile), *Colombia Internacional* (Universidad de los Andes, Colômbia), *Latin American Research Review* (Latin American Studies Association, EUA), *Revista de la Sociedad Argentina de Análisis Político* (SAAP, Argentina), *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* (Universidad Autónoma de México), *Política y Gobierno* (Centro de Investigación y Docencia Económicas, México), *Cuadernos del CENDES* (Universidad Central de Venezuela), *Nueva Sociedad* (Fundación Friedrich Ebert, Argentina), *Paraguay desde las Ciencias Sociales* (Universidad de Buenos Aires, Argentina), *Novapolis – Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos* (Centro de Estudios y Educación Popular ‘Germinal’, Paraguai), *Análisis Político* (Universidad Nacional de Colombia), *Estudios Políticos* (Universidad Nacional Autónoma de México), *Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales* (Universidad Autónoma de Asunción, Paraguai), *Revista Uruguay de Ciencia Política*

(*Universidad de la República*, Uruguai) e *Apuntes* (*Universidad del Pacífico*, Perú)³.

No que se refere à ABCP, contemplamos os 1.913 trabalhos incluídos na programação do Oitavo (Gramado, 2012), do Nono (Brasília, 2014), do Décimo (Belo Horizonte, 2016) e do Décimo-Primeiro (Curitiba, 2018) Encontros⁴. E no caso da ALACIP, consideramos os trabalhos programados para o Quinto (Buenos Aires, 2010), o Sexto (Quito, 2012), o Sétimo (Bogotá, 2013), o Oitavo (Lima, 2015) e o Nono (Montevideú, 2017) Congressos.

Para o processo de recuperação dos materiais que guardam relação direta ou indireta com os acontecimentos de Honduras, Paraguai ou Brasil, fizemos uso dos mecanismos de pesquisa avançada oferecidos pelo *Google* e o *Google Scholar*. No processo de identificação e seleção de ditos materiais nos servimos das seguintes expressões de busca: “golpe”, “coup”, “neogolpe”, “impeachment”, “impedimento”, “impedimiento”, “juicio político”, “juízo político”, “afastamento”, “deposição”, “deposición”, “derrocamiento”, “ruptura democrática”, “Zelaya”, “Lugo”, “Dilma”, “Rousseff”, “Honduras”, “Paraguai”, “Brasil”, “2009”, “2012”, “2016”, nas suas mais diversas combinações. Vale esclarecer que neste processo não restringimos a busca a um campo específico (títulos, resumos ou palavras-chave), senão que foi realizada sobre os textos na íntegra. Isto nos permitiu selecionar não somente os textos e trabalhos focados na análise dos fatos já mencionados acontecidos em Honduras, Paraguai e Brasil, mas também identificar aqueles materiais que, mesmo não tendo como alvo o exame desta temática, aludem, de algum modo, a eles.

Feita a recuperação e contabilização de todos esses materiais, procedemos à análise dos mesmos. Com o auxílio do programa *Doc Fetcher* e dos dispositivos de busca oferecidos pelo *Adobe Reader*, localizamos as expressões de pesquisa acima elencadas em cada um dos materiais para, ato contínuo, proceder à leitura da passagem onde tais expressões se faziam presentes. Quando necessário, e como complemento ao exame do contexto em que apareciam os termos assim

³ Mesmo não sendo editadas na América Latina, as revistas *América Latina Hoy* e *Latin American Research Review* também fazem parte da nossa seleção, dada a sua importância para o desenvolvimento da ciência política na região.

⁴ Infelizmente não foi possível ter acesso aos anais do Sétimo Congresso da ABCP, realizado em Recife, em 2010.

identificados, lemos fragmentos maiores, o resumo do artigo ou as suas palavras-chave e, em casos muito pontuais, o texto na íntegra. Isto nos possibilitou, na sequência, passar à etapa da classificação de todos esses materiais. de todos esses materiais. Esta classificação foi orientada pelo critério de maior ou menor aproximação ao tema que nos ocupa, por qual ou quais dos três países são contemplados em cada um dos materiais analisados e pelo tipo de terminologia utilizada para se referir ao que aconteceu nos três países: Golpe? Neogolpe? *Impeachment*? Juízo Político? Derrubada? Deposição? Queda? Ruptura Institucional? Quanto a este último caso, e a efeitos de melhor testar a nossa hipótese, optamos por agrupar tais rótulos no par dicotômico “Golpe vs *Impeachment*”.

Sobre Golpes e Neogolpes

Uma questão central, ao abordar o conceito de “Golpe de Estado”, diz respeito a sua historicidade. Como bem destaca Bianchi (2016), o conceito de golpe de Estado (*Coup d’État*) foi formulado por Gabriel Naudé em seu *Considérations politiques sur les coups d’État*, de 1639. Nessa obra, o golpe era entendido como uma ação do “príncipe”, justificada em nome da razão de Estado. Era um ato de força, em defesa do bem público, que se definia por seu caráter extraordinário e pelo elemento surpresa. O conceito, porém, só viria ganhar popularidade dois séculos mais tarde, na França do século XIX, quando Alexis de Tocqueville e Karl Marx desenvolveram suas análises críticas sobre o processo político protagonizado por Luís Napoleão, em 1851.

Mas a noção de golpe só assumiria as feições com as quais estávamos acostumados a associá-la no século XX, como fruto da interpretação das rupturas institucionais encabeçadas pela corporação militar, em especial na segunda metade do século. O destaque, neste caso, deve ser dado ao livro *Coup d’État: a practical handbook*, de Edward Luttwak, publicado em 1968 (Bianchi, 2016). Nesta obra o golpe se define como um ato realizado por setores do Estado que não integram o governo (burocracia, forças armadas, policiais) de modo a se autonomizar do poder eleito, e tem como elemento central o uso da força militar.

De acordo com Bianchi (2016),

o sujeito do golpe de estado moderno é (...) uma fração da burocracia estatal. O golpe de estado não é um golpe no Estado ou contra o Estado. Seu protagonista se encontra no interior do próprio Estado, podendo ser, inclusive, o próprio governante. Os meios são excepcionais, ou seja, não são característicos do funcionamento regular das instituições políticas. Tais meios se caracterizam pela excepcionalidade dos procedimentos e dos recursos mobilizados. O fim é a mudança institucional, uma alteração radical na distribuição de poder entre as instituições políticas, podendo ou não haver a troca dos governantes. Sinteticamente, golpe de estado é uma mudança institucional promovida sob a direção de uma fração do aparelho de Estado que utiliza para tal de medidas e recursos excepcionais que não fazem parte das regras usuais do jogo político (s. p.).

Isso dá crédito a *Moreno Velador e Figueroa Ibarra* (2019, p. 152) quando afirmam que, “[...] em que pese o fato de que falar de Golpe de Estado implique fazer alusão ao Estado, a deposição levada a cabo é, na verdade, de um governo e não de um Estado”. Caberia então pensar o golpe como uma ruptura impulsionada desde o interior do próprio aparato estatal que, na maior parte dos casos, visa mudar a configuração governamental. O que nos leva a coincidir com Renato Perissinoto (2016, p. 2), quando sustenta que um golpe, portanto, “é essencialmente, a substituição de um governo por meio de procedimentos não previstos; um golpe de Estado é basicamente o rompimento das regras do jogo sucessório”.

No mesmo diapasão se expressa Carlos Barbé, no *Dicionário de política* organizado por Norberto Bobbio, Niccola Mateucci e Gianfranco Pasquino publicado originalmente em 1983. O autor observa que o nosso entendimento de golpe de Estado precisa se dar à luz do constitucionalismo moderno. Para ele, o golpe tem como momento central a substituição do governo em desacordo com as regras constitucionais, e se dá historicamente através de integrantes do Estado. Seu agente, portanto, não precisa estar necessariamente vinculado às forças armadas. Porém, se estas não são o agente principal (como eram na maioria dos casos), devem ao menos assumir uma atitude de “neutralidade-cumplicidade” (Barbé, 2010, p. 547).

É no sentido de um tipo de golpe que se diferencia particularmente dos “golpes militares” do século XX que tem optado pela expressão “neogolpismo” (Tokatlian, 2009, 2012; Huertas, Cáceres, 2014; Lemoine, 2014; Soler, 2015; Jinkings, Doria, Cleto, 2016; Perissinotto, 2016; Cannon, 2016; Reis, 2017; Miguel, 2018; Souza, 2018; entre outros) para tratar dos novos processos de

desestabilização e derrubada de governos legitimamente eleitos. Este novo tipo não tem a participação direta dos militares, e se processa através de interpretações distorcidas das instituições – particularmente do mecanismo do *impeachment* quando este é constitucionalmente previsto –, combinando estratégias institucionais com a mobilização de setores da sociedade civil através dos tradicionais e dos novos meios de comunicação. Tais características têm como intuito revestir de alguma legalidade e legitimidade estratégias não-eleitorais de chegada ao poder.

Não pretendemos analisar em profundidade os diversos conceitos de golpe, mas apenas ilustrar sua historicidade. Se o golpe se metamorfoseou e ao longo do tempo foi nomeando fenômenos distintos, por que essa transformação não poderia continuar ocorrendo? A ciência política latino-americana pareceria ter ficado aferrada a um tipo de golpe muito frequente durante boa parte do século XX no continente, porém deveria superar esse paradigma para, de tal modo, conseguir compreender e caracterizar melhor o que tem ocorrido nestes últimos anos em países como Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) ou, mais recentemente, em casos como o da Bolívia (2019).

Assim sendo, consideramos que caberia entender o “neogolpismo” como um tipo de golpe de Estado que preserva certas aparências legais e se processa preferencialmente por meio das instituições vigentes e do cumprimento de ritos formais – mesmo que estas possam, na sequência, eventualmente sofrer modificações, durante a etapa cinzenta que se abre a partir de então. Diferentemente dos golpes do século passado, tais formas mais processuais e mais sutis no uso concentrado da força tornam mais difícil sua condenação aberta pela comunidade internacional e até facilitam o reconhecimento dos governos resultantes da nova modalidade de golpe pelas potências estrangeiras que, por ação ou omissão, apoiaram tais rupturas. Quanto aos atores dos novos golpes, não são diferentes daqueles que preparavam e executavam os golpes “clássicos”, porém o peso específico e o lugar que ocupa cada um deles tendem a mudar.

O “novo golpismo” está encabeçado mais abertamente por civis e conta com o apoio tácito (passivo) ou a cumplicidade explícita (ativa) das Forças Armadas, pretende violar a constituição do Estado com uma violência menos ostensiva, procura preservar uma aparência institucional mínima (por exemplo, com o Congresso em funcionamento e/ou a Corte Suprema temporariamente intacta),

nem sempre envolve uma grande potência (por exemplo, Estados Unidos) e aspira mais a resolver um impasse social ou político potencialmente ruinoso que a fundar uma nova ordem (Tokatlian, 2009).

Nos “neogolpes”, então, se apresentam como atores principais os setores políticos conservadores, atuando através do Parlamento e do Judiciário (aparato de segurança incluído). Adicionalmente, são sustentados pelos poderes fácticos da burguesia local (agro/industrial/rentista, atualmente constituindo o mesmo ator hibridizado), setores religiosos e os grandes oligopólios de comunicação – com o (por enquanto) ainda difícil de comprovar, mas muito provável apoio de *think tanks* de direita internacionais e do governo dos EUA. Essas novas modalidades de golpe têm sido nomeadas de muitas maneiras: golpe “brando” ou “branco”, golpe “institucional”, golpe “parlamentar”... São termos que nem sempre definem muito mais além da sutileza com a qual estes processos são levados adiante. A caracterização de golpe “parlamentar”, por exemplo, pode que nem sempre seja correta, dado o papel de protagonista que cabe, também, ao Judiciário na posta em prática e reconhecimento de todo o processo.

Valeria insistir, portanto, na determinação dos novos elementos que traz o “neogolpismo” e que marcam suas diferenças com o padrão outrora tão frequente na região. Barbé (2010) menciona duas perguntas sobre o golpe: “quem o faz” e “como se faz”. À primeira pergunta, podemos responder que seguem sendo agentes do próprio Estado – o que é essencial ao conceito. A mudança que vem ocorrendo tem relação com a segunda pergunta. O “como se faz” é que está se transformando.

Talvez a insistência nas instituições e nos procedimentos guarde relação com a concepção da democracia predominante na nossa disciplina, na medida em que esta é definida, de forma bastante acrítica, como um mero conjunto de instituições e procedimentos já estabelecidos. Desse modo, preservados formalmente certos simulacros de instituições e procedimentos, não se poderia afirmar categoricamente que a democracia foi de todo abandonada. Portanto, a ideia de “golpe institucional” tem mais a ver com o “como se faz” do que com “quem faz” – os golpes sempre ocorreram através de agentes do próprio Estado (soberano, Forças Armadas, burocracia, parlamentares etc.), porém agora o *modus operandi* seria mais complexo e a princípio menos violento.



Em toda a América Latina, a ciência política institucionalizou-se tendo como principal referência a forma em que foi sendo construída e definida a disciplina nos círculos acadêmicos dos EUA, mantendo com estes uma forte relação de identidade – e eventualmente de dependência. Isto leva a entender, em grande medida, o porquê do predomínio de certas temáticas dentro da nossa área em detrimento de outras. E fundamentalmente explica também o porquê de certos enfoques serem predominantes, como acontece com a perspectiva institucionalista (ou neoinstitucionalista) (Souza, Valmore, 2016; Feres Jr., 2000).

Concretamente, vemos que a disciplina, no seu processo de institucionalização e autonomização, tem adotado como um dos seus principais temas de pesquisa a questão democrática e as instituições que foram sendo associadas a ela em sua vertente liberal (partidos, parlamentos, sistemas e processos eleitorais, relação entre os poderes, etc), com destaque para os processos de transição, consolidação e funcionamento deste regime. A forte relação da ciência política com a democracia levou a que esta fosse definida – seguindo o modelo construído nos EUA – como uma disciplina a serviço da “educação dos cidadãos para a democracia” (Farr, 1988 apud Feres Jr., 2000, p. 98). Esta interpretação foi reforçada pela leitura que se impôs da história da disciplina naquele país, que levou a sustentar a tese de que “A ciência política apareceu com o crescimento da democracia representativa. A conclusão lógica a ser tirada é que o desenvolvimento da ciência política, da maneira pela qual a entendemos, depende do futuro da democracia representativa” (Anckar, Berndtson, 1987 apud Feres Jr., *ibid.*, p. 99).

Entretanto, apesar da questão democrática ter se constituído em tema central para a disciplina, estranhamente – ou nem tanto – a ciência política tem dado pouco relevo aos processos de regressão ou involução autoritária que vêm sofrendo vários países do continente – em grande medida nem vem lendo-os dessa maneira. A “desconsolidação” dos regimes democráticos latino-americanos não parece suscitar um grau de interesse minimamente equiparável ao enorme interesse gerado anteriormente pela “consolidação” desses mesmos regimes entre

os “transitólogos” e “consolidólogos” – hoje “qualidólogos”⁵. Mais estranho pode parecer se considerarmos que o enfoque teórico-metodológico prevalescente, como destacamos, é o neoinstitucionalista, sendo que foi justamente através de algumas das consideradas instituições-chave dos regimes democráticos que foram efetivadas as rupturas que aqui chamamos de neogolpistas. A estranheza se dissipa, contudo, ao verificar o pouco diálogo que a ciência política estabelece com outras disciplinas do campo das Ciências Humanas e Sociais e a falta de importância do Estado como objeto de estudo. Consideramos a ciência política impregnada por uma crescente tendência à sofisticação metodológica, que não se traduz, na maioria dos casos, em avanços significativos para a disciplina, especialmente quanto à dimensão teórica. Desse modo, produz-se uma incapacidade de compreender os processos disruptivos, e de um modo geral de agregar, analisar e entender a dimensão do conflito. Esse formalismo excessivo se traduz numa ênfase na questão institucional, nas formas, sem conseguir entender as forças sócio-políticas em luta. Logo, isso deriva numa incapacidade tanto de prever quanto de explicar. Mesmo quando o próprio jogo é rompido, não se consegue observar nem muito menos entender o que ocorreu, e conseqüentemente nomear os fenômenos como o que eles são.

Em resumo, quando o neogolpismo se encontra com o caráter conservador e formalista da ciência política hegemônica, temos ou um incômodo silêncio ou uma envergonhada adesão, conforme procuraremos comprovar com os dados empíricos apresentados na próxima seção. Abordar esses golpes como o que efetivamente são exige de nós, politólogos, uma profunda reflexão (inclusive uma autocrítica) em torno das fundações sobre as quais vem se construindo a nossa disciplina, particularmente na América Latina, tão marcada pela influência estadunidense.

Um Panorama do (quase não) Debate da Ciência Política sobre os Neogolpes

Nesta terceira parte do artigo, passamos a examinar o material empírico. Como já mencionado, foi feito um levantamento em oito revistas de ciência

⁵ Para uma abordagem crítica sobre a “transitologia”, a consolidologia e a “qualidologia”, sugerimos consultar Vitullo (2001) e Pereira da Silva (2017).

política brasileiras e em dezesseis revistas estrangeiras da área, abrangendo um universo total de 225 números e 2.398 materiais publicados, no caso das primeiras, e um total de 401 números e 4.517 materiais, no caso das segundas, ao longo da última década (2009-2018)⁶). Somando os dados referentes às revistas brasileiras e às revistas publicadas no exterior, chegamos a um total geral de 626 números e 6.915 materiais publicados, de acordo com o que detalhamos a seguir (quadros 1 e 2):

Quadro 1: Revistas brasileiras (2009-2018)

Revista	Qualis*	Números publicados	Materiais publicados
Revista Dados	A1	38	295
Revista de Sociologia e Política	A1	36	373
Opinião Pública	A1	24	220
Revista Brasileira de Ciências Sociais	A2	28	423
<i>Brazilian Political Science Review</i>	A2	25	195
Novos Estudos CEBRAP	A2	29	333
Revista Brasileira de Ciência Política	B1	26	302
Revista de Ciências Sociais (UFC)	B3	19	257
Total		225	2.398

Fonte: Elaboração própria.

* Qualis do quadriênio 2013-2016.

Quadro 2: Revistas estrangeiras (2009-2018)

Revista	Qualis*	Números publicados	Materiais publicados
<i>América Latina Hoy</i> (Espanha)	A2	28	441
<i>Revista de Ciencia Política</i> (Chile)	A2	27	313
<i>Colombia Internacional</i> (Colômbia)	A2	27	232
<i>Latin American Research Review</i> (EUA)	A2	38	534
<i>Revista SAAP</i> (Argentina)	B1	18	225
<i>Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales</i> (México)	B1	28	377
<i>Política y Gobierno</i> (México)	B1	19	164
<i>Cuadernos del CENDES</i> (Venezuela)	B1	28	303
<i>Nueva Sociedad</i> (Venezuela)	B2	58	733
<i>Revista Paraguay desde las Ciencias</i> (Argentina)**	B3	9	55
<i>Revista Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos / NOVAPOLIS</i>	B3	11	73
<i>Análisis Político</i> (Colômbia)	–	28	273
<i>Estudios Políticos</i> (México)	–	27	264
<i>Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales</i> (Paraguai)	–	19	169
<i>Revista Uruguaya de Ciencia Política</i> (Uruguai)	–	17	135

⁶ Não consideramos o que foi publicado no primeiro semestre de 2009, dado que o neogolpe em Honduras só ocorreu em junho daquele ano.

<i>Apuntes</i> (Peru)	–	19	226
Total		401	4.517

Fonte: Elaboração própria.

* *Qualis* do quadriênio 2013-2016.

** A revista começou a ser publicada em 2012, portanto o período contemplado, neste caso, foi 2012-2018.

Entre as revistas brasileiras, procuramos incluir as mais representativas dentro das melhor avaliadas no sistema *Qualis*: três que ostentam conceito A1, outras três com conceito A2 e uma com conceito B1. Fora estas, optamos também por incluir no nosso universo a Revista de Ciências Sociais (UFC), dado que foi a única revista brasileira que publicou vários textos sobre o tema (incluindo um *dossiê*), com uma perspectiva que destoa da perspectiva predominante. Já no caso das revistas publicadas no exterior, levamos em consideração o conceito *Qualis* e a necessidade de contemplarmos os países onde a disciplina está mais solidificada, dando espaço também na nossa análise a duas publicações que, mesmo sem serem editadas na América Latina, estão entre as mais prestigiosas dentre as que têm por foco a política da região.

Dentro desse vasto universo, procuramos identificar por um lado os textos que abordassem, de modo direto, os neogolpes sofridos por Honduras, Paraguai e Brasil, observando a forma em que fazem referência aos mesmos. E, por outro, buscamos detectar e quantificar aqueles materiais acadêmicos que, mesmo não tratando diretamente do tema, fizessem alguma alusão – destacada ou até marginal – a tais acontecimentos. Consequentemente, exibimos a seguir os principais resultados obtidos com este levantamento.

No caso dos encontros da ABCP e dos congressos da ALACIP, foram apresentados 1.913 e 7.905 trabalhos respectivamente, conforme detalhamento a seguir:

Quadro 3: Encontros da Associação Brasileira de Ciência Política (2012-2018)

Edição	Ano	Trabalhos
VIII Encontro – Gramado	2012	510
IX Encontro – Brasília	2014	338
X Encontro – Belo Horizonte	2016	561
XI Encontro – Curitiba	2018	504
Total		1.913

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 4: Congressos da Associação Latino-Americana de Ciência Política (2010-2017)

Edição	Ano	Trabalhos
V Congresso – Buenos Aires	2010	1.230
VI Congresso – Quito	2012	1.842
VII Congresso – Bogotá	2013	1.416
VIII – Congresso – Lima	2015	1.468
IX Congresso – Montevideú	2017	1.949
Total		7.905

Fonte: Elaboração própria.

O neogolpismo nas revistas de ciência política brasileiras

Dentro do período de nove anos e meio pesquisado, identificamos, nas oito revistas brasileiras selecionadas, 31 textos (26 artigos acadêmicos, 3 resenhas e 2 apresentações de *dossiê*) que abordam diretamente o tema que ocupa a nossa atenção. Isto dentro de um conjunto que chega a um total de 2.398 materiais, o qual representa, portanto, apenas 1,3% desse universo. Tal constitui, sem dúvidas, um índice baixíssimo para uma disciplina que tem o tema da democracia como seu principal objeto de estudo. E mesmo se restringirmos o universo em cada um dos três casos nacionais ao material publicado com posterioridade a cada um dos respectivos neogolpes, ainda assim os percentuais continuam sendo muito reduzidos: somente 0,3% dos 2.398 textos publicados em todo o período analisado abordam o caso de Honduras, 0,6% dos 1.622 textos publicados depois de junho de 2012 tratam do caso paraguaio e 5,2% dos 575 textos publicados depois de agosto de 2016 têm seu foco no caso brasileiro. Mas não é este apenas o único fato que chama a atenção. Há outras questões que também devem ser destacadas e que passamos a listar a seguir, a partir da leitura dos dados apresentados no quadro 5:

1. Há quase paridade entre o número de materiais que definem o que aconteceu nos três casos citados como “golpe” (16) e aqueles que se valem da expressão “impeachment” ou equivalentes (15), o que deixa em evidência a relutância de setores importantes da ciência política brasileira em utilizar



uma expressão mais condizente com o que realmente aconteceu nos três países examinados.

2. No que diz respeito à distribuição dos 31 materiais segundo o conceito *Qualis* atribuído às revistas onde estes foram publicados, se verifica um equilíbrio entre o número de ocorrências encontrado em revistas classificadas como A1 e A2 e o número de ocorrências em revistas classificadas como B1 e B3: 15 textos no primeiro caso, 16 no segundo. Com a ressalva, aqui, de que ao termos avaliado seis revistas que estão nos estratos mais altos do *Qualis* e apenas duas classificadas como B1 e B3, poderia se pensar que haveria uma maior abertura para publicação de artigos sobre essa temática em revistas tidas como de “menor relevância”.

3. Já no que se refere aos países citados nesses 31 materiais, vale destacar que 7 tratam do caso de Honduras, 9 do Paraguai e 29 se debruçam sobre o caso brasileiro, somando ao todo 45 ocorrências (em vários destes textos o foco está posto em mais de um dos três países aqui analisados, o que explica que a soma supere os 31 acima mencionados).

4. Ao examinar, para cada um dos três países, o tipo de caracterização ou termo escolhido para se referir aos fatos, se observa um claro predomínio da qualificação de “golpe” nos casos de Honduras e do Paraguai: em 5 dos textos o que aconteceu em Honduras em 2009 é definido como um “golpe” e apenas em 2 optou-se pela expressão “impeachment”; e em 6 textos os acontecimentos de 2012 que levaram à deposição de Fernando Lugo são caracterizados como um “golpe”, enquanto 3 usam a expressão “impeachment”. Já no caso brasileiro, em que pese a utilização da expressão “golpe” também ser majoritária, as proporções mudam de modo bastante significativo: em 16 textos os fatos que levaram à derrubada da presidenta legitimamente eleita são definidos como “golpe” e em 13 como “impeachment”.

5. É possível constatar que nas três revistas analisadas com conceito A1 no *Qualis* (Dados, Revista de Sociologia e Política e Opinião Pública) há apenas 5 artigos dedicados a examinar o novo golpismo latino-americano e para o qual 4 utilizam o rótulo de “impeachment” e apenas um o de “golpe”. Já nas revistas com conceito *Qualis* A2 encontramos 13 artigos que tratam do

tema, sendo que nelas, contrariamente, há mais ocorrências da expressão “golpe” que “impeachment” (7 e 6, respectivamente).

6. No caso das revistas com conceito *Qualis* B1 e B3, encontramos proporções bastante diferentes, a ponto de serem contabilizados apenas 6 textos em que os episódios de 2016 são definidos como “impeachment” e 10 como “golpe”. Neste quesito, ainda, vale salientar que não fosse a Revista de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará (*Qualis* B3), o número cairia sensivelmente: dos 31 textos que abordam o tema do neogolpe no Brasil, 15 foram publicados nessa revista.

7. Os 16 materiais sobre a temática que nos ocupa publicados nas revistas A1, A2 e B1 (a Revista Dados/*Qualis* A1, Revista Brasileira de Ciências Sociais/*Qualis* A2, a *Brazilian Political Science Review*/*Qualis* A2, a Novos Estudos CEBRAP/*Qualis* A2 e a Revista Brasileira de Ciência Política/*Qualis* B1) constituem apenas 1,0% dos 1.548 materiais veiculados nas cinco revistas ou, o que é ainda mais preocupante, representam um insignificante 0,7% se considerarmos o conjunto de materiais publicados na década em todos os periódicos sob análise, com exceção da revista da UFC. Como foi dito, incluímos esta revista com o intuito de apresentar um contraponto aos periódicos melhor avaliados. Excluindo-a da análise, chegamos a um quadro mais fiel (e alarmante) da situação em que se encontra a produção na área.

Quadro 5 – Revistas brasileiras (2009-2018) / Textos que tratam diretamente dos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e revista.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
Revista Dados	-	-	-	-	-	-	-	1 100,0 %	1 100,0%	-	1 100,0 %	1 100,0 %
Revista de Sociologia e Política	-	1 100,0%	1 100,0%	-	1 100,0%	1 100,0%	-	-	-	-	2 100,0 %	2 100,0 %
Opinião Pública	-	-	-	-	1 100,0%	1 100,0%	1 100,0%	-	1 100,0%	1 50%	1 50%	2 100,0 %

Revista Brasileira de Ciências Sociais	–	–	–	–	–	–	1 33,3%	2 66,7%	3 100,0%	1 33,3%	2 66,7%	3 100,0%
<i>Brazilian Political Science Review</i>	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	3 100,0%	–	3 100,0%
Novos Estudos CEBRAP	–	–	–	–	–	–	3 42,9%	4 57,1%	7 100,0%	3 42,9%	4 57,1%	7 100,0%
Revista Brasileira de Ciência Política	–	–	–	–	–	–	–	1 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%
Revista de Ciências Sociais UFC	4 80,0%	1 20%	5 100,0%	5 83,3%	1 16,7%	6 100,0%	10 66,7%	5 33,3%	15 100,0%	19 73,1%	7 26,9%	26 100,0%
Total	5 71,4%	2 28,6%	7 100,0%	6 66,7%	3 33,3%	9 100,0%	16 55,2%	13 44,8%	29 100,0%	27 60,0%	18 40,0%	45 100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 31, porém a soma alcança os 45 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

Quando a atenção é posta nas referências feitas aos fatos acontecidos nos três países acima citados, seja em textos que abordam diretamente a temática, seja em textos que tratam de outros assuntos mas que fazem alguma alusão – mesmo que marginal – a tais acontecimentos, resulta importante, à luz dos dados apresentados no quadro 6, fazer as seguintes considerações :

1. Ao contemplar não apenas os materiais focados na análise do que aconteceu em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), mas também aqueles que mesmo tratando de outros temas fazem alguma referência a tais casos, se chega a um total de 64 menções (equivalente a 4,1% de todo o material examinado)⁷. Destas, 23 definem tais acontecimentos como “golpe”, enquanto uma quantidade bastante mais elevada, somando um total de 41 ocorrências, faz uso da expressão “impeachment”.

⁷ Se refizermos o cálculo para cada país, tomando em consideração somente o período posterior ao respectivo neogolpe, temos que para o casos de Honduras e Paraguai os textos publicados representam apenas 0,4% e 0,6% dos seus respectivos intervalos temporais. Já no caso do Brasil, a proporção sobe aos 10,4% dos 575 materiais publicados a partir do segundo semestre de 2016, o que, mesmo sendo um percentual bastante mais elevado que para os outros dois países, continua constituindo uma mais do que tímida proporção.

2. Quando desagregamos esse total e concentramos o foco apenas nos materiais acadêmicos cujo tema principal não é o do neogolpismo, logo chama a atenção o predomínio da expressão “impeachment”, em detrimento da expressão “golpe: 7 ocorrências para “golpe” e 26 ocorrências para “impeachment”, em uma proporção de quase 4 por 1. O que permitiria concluir que em textos que não guardam relação direta com o tema específico a tendência é a de aderir acriticamente ao discurso legitimador produzido pelos próprios governos fruto dos neogolpes.

3. Tal predomínio no uso da expressão “impeachment” se verifica nos diferentes estratos *Qualis* das publicações analisadas: nas revistas A1 há uma nítida maioria que usa a expressão “impeachment” na hora de se referir a tais acontecimentos, em proporção de 15 contra 2, nas revistas A2 a expressão “impeachment” ou equivalentes também é majoritária, em proporção de 8 x 4 e situação análoga se verifica na revista B1, onde a relação é de 3 “impeachment” x 1 “golpe”. A B3 aqui não é listada, pois não há artigos que façam qualquer menção indireta ou marginal ao tema do neogolpismo.

4. Ao desagregarmos ainda mais esta parte do universo sob análise e examinarmos as menções feitas a cada um dos três países, constatamos que o caso paraguaio apenas é citado em 1 material, Honduras mal aparece (com 2 textos que usam a expressão “golpe” e 1 a palavra “impeachment”), e o Brasil concentra quase toda a atenção. Sendo que, neste último caso, na grande maioria dos materiais que fazem alguma menção, mesmo que marginal, aos acontecimentos de 2016, seus autores optam pela expressão “impeachment” (25 ocorrências contra apenas 5 que qualificam tais acontecimentos como “golpe”), o qual evidencia, mais uma vez, a resistência que as correntes majoritárias da ciência política brasileira têm em reconhecer os acontecimentos de 2016 como o que eles foram: um golpe de Estado de novo tipo.

Quadro 6 – Revistas brasileiras (2009-2018) / Textos que, sem tratar diretamente do tema, fazem alguma menção aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e revista.

Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		G + I
G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	

Revista Dados	-	-	-	-	-	-	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%
Revista de Sociologia e Política	-	-	-	-	1 100,0%	1 100,0%	-	3 100,0%	3 100,0%	-	4 100,0%	4 100,0%
Opinião Pública	-	-	-	-	-	-	1 8,3%	11 91,7%	12 100,0%	1 8,3%	11 91,7%	12 100,0%
Revista Brasileira de Ciências Sociais	-	-	-	-	-	-	-	1 100,0%	1 100,0%	-	1 100,0%	1 100,0%
<i>Brazilian Political Science Review</i>	-	-	-	-	-	-	-	3 100,0%	3 100,0%	-	3 100,0%	3 100,0%
Novos Estudos CEBRAP	1 100,0%	-	1 100,0%	-	-	-	3 42,8%	4 57,1%	7 100,0%	4 50,0%	4 50,0%	8 100,0%
Revista Brasileira de Ciência Política	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	-	-	-	-	2 100,0%	2 100,0%	1 25,0%	3 75,0%	4 100,0%
Revista de Ciências Sociais UFC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%	-	1 100,0%	1 100,0%	5 16,7%	25 83,3%	30 100,0%	7 20,6%	27 79,4%	34 100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 33, porém a soma alcança os 34 devido a que há um texto em que aparecem mencionados simultaneamente os casos do Paraguai e do Brasil.

O neogolpismo nas revistas de ciência política estrangeiras

No caso das outras dezesseis revistas selecionadas, encontramos ao todo 57 materiais que tratam diretamente do neogolpismo latino-americano (50 artigos e 7 resenhas), sobre um universo de 4.517 materiais publicados entre julho de 2009 e final de 2018, o que representa 1,2% para o acumulado dos três países ou 0,7% do publicado sobre cada um com posterioridade ao respectivo neogolpe (proporções, portanto, tão ou mais exíguas que as já vistas na análise das revistas brasileiras). A seguir, com base nos dados exibidos no quadro 7, serão destacados outros fatos relevantes:

1. Nos 57 materiais que abordam de modo direto o tema dos neogolpes na região, uma ampla maioria faz uso da expressão “golpe”, enquanto são minoria os que se valem da expressão “impeachment” e equivalentes (“juicio político” e “interrupções presidenciais”, entre outras): somam 44 os primeiros contra apenas 13 os segundos. Verifica-se, portanto, um contraste bastante importante com as revistas brasileiras: longe da paridade, há, no caso das revistas publicadas no exterior, um claro predomínio da caracterização de “golpe”, em uma proporção em que chega a 77,2% dos materiais analisados.

2. Dos três casos, foi o de Honduras o que maior atenção recebeu nas revistas publicadas no exterior, com 32 materiais (quase a metade) que fazem referência a ele, seguido pelo Paraguai, com 25, e o Brasil, com apenas 10, o qual contrasta fortemente com o as revistas brasileiras já analisadas. O fato do caso brasileiro ser mais recente pode que explique, em parte, o menor número de ocorrências.

3. Ao analisar de forma mais específica o tratamento dado a cada país, há uma diferença muito expressiva entre a caracterização que é feita sobre os casos de Honduras e Paraguai por um lado e o do Brasil, por outro. Dos 32 artigos que abordam o processo hondurenho, 29 se referem a ele como um “golpe” (90,6%) e dos 25 que tratam do caso paraguaio, 19 também o caracterizam desse modo (76,0%), já no caso brasileiro apenas 1 de 10 assim o consideram (pífios 10,0%). Pode que o fato de ter havido uma participação mais explícita dos militares seja o principal fator explicativo, no caso de Honduras, para ter optado majoritariamente pela caracterização de “golpe” para se referir aos acontecimentos de 2009. Porém esta não seria uma variável de peso na hora de entender a enorme diferença que há ao comparar os casos paraguaio e brasileiro: terá sido, então, a insólita velocidade com a qual se processou o afastamento de Fernando Lugo da presidência paraguaia o elemento explicativo que motivou o predomínio da expressão “golpe”, diferentemente do que aconteceu para o caso brasileiro?

4. Por último, ao focar na análise em cada uma das 16 revistas selecionadas, chama a atenção o fato de que mais da metade dos materiais que abordam o tema do neogolpismo latino-americano se concentrem em apenas duas revistas: a *Revista de Ciencia Política*, do Chile, com 12 artigos, e a revista

Nueva Sociedad, com 21 artigos. Em ambas, 100,0% dos textos que tratam dos casos hondurenho e paraguaio os caracterizam como “golpe”. O mesmo não acontece no caso brasileiro: na primeira revista citada, os 3 artigos que abordam a derrubada de Dilma Rousseff fazem uso da expressão “impeachment”, de forma análoga ao que acontece com 3 dos 4 textos que abordam o tema na revista *Nueva Sociedad*. Vale destacar, ainda, que fora a *Revista de Ciencia Política*, as outras 3 publicações conceituadas como A1 no *Qualis* mal dão atenção ao assunto: na *Latin American Research Review* (LAAR) apenas um dentre 534 artigos publicados no período trata diretamente do tema (no caso, sobre Honduras), na *América Latina Hoy* (revista que é a principal referência europeia de estudos latino-americanos) num universo de 441 textos publicados entre 2009 e 2018, apenas 2 tratam do caso hondurenho (definido como “golpe”) e 1 aborda o caso do Paraguai (tido como um caso de “impeachment”) e, no caso da revista *Colombia Internacional* há apenas 3 textos entre os 232 publicados no período que tratam o tema (todos sobre os acontecimentos de Honduras, de 2009, definidos como “golpe”).

Quadro 7 – Revistas estrangeiras (2009-2018) / Textos que tratam diretamente dos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e revista.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
<i>América Latina Hoy</i>	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	–	–	2 50,0%	2 50,0%	4 100,0%
<i>Rev. de Ciencia Política</i>	4 100,0%	–	4 100,0%	5 100,0%	–	5 100,0%	–	3 100%	3 100%	9 75%	3 25%	12 100%
<i>Colombia Internacional</i>	3 100,0%	–	3 100,0%	–	–	–	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%
<i>Latin American Research Review</i>	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%
<i>Revista SAAP</i>	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	–	1 100,0%	1 100,0%	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%
<i>Rev. Mexica</i>	1	–	1	1	–	1	–	–	–	2	–	2

na de C. Políticas y Sociales	100,0%		100,0%	100,0%		100,0%				100,0%		100,0%
Política y Gobierno	–	1 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	3 100,0%	3 100,0%
Cuadernos del CENDES	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%
Nueva Sociedad	13 100,0%	–	13 100,0%	4 100,0%	–	4 100,0%	1 25,0%	3 75,0%	4 100,0%	18 85,7%	3 14,3%	21 100,0%
Rev. Paraguaya desde las C. Sociales*	–	1 100,0%	1 100,0%	5 55,5%	4 44,4%	9 100,0%	–	–	–	5 50,0%	5 50,0%	10 100,0%
Rev. Paraguaya de Estudios Políticos Contemporáneos / NOVAPOLIS	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%
Análisis Político	4 100,0%	–	4 100,0%					1 100,0%	1 100,0%	4 80,0%	1 20,0%	5 100,0%
Estudios Políticos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rev. Internacional de Investigación en C. Sociales	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Rev. Uruguaya de Ciencia Política	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Apuntes	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	29 90,6%	3 9,4%	32 100,0%	19 76,0%	6 24,0%	25 100,0%	1 10,0%	9 90,0%	10 100,0%	49 73,1%	18 26,9%	67 100,0%

Fonte: Elaboração própria.

* No caso da *Revista Paraguaya desde las Ciencias Sociales* o período analisado começa em 2012, ano de início da revista.

Nota: O número de trabalhos é 57, porém a soma alcança os 67 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

Para além da observação dos textos que abordam diretamente os fatos acontecidos nos três países citados, buscamos examinar também os textos que, mesmo tratando de outros assuntos, fazem algum tipo de referência a tais

acontecimentos. São 115 matérias que se enquadram nesta situação (equivalente a 2,5% dos 4.517 textos analisados)⁸, os quais, somados aos 57 já examinados, dão um total de 172 textos. Isto representa 3,8% do total de publicações naquelas dezesseis revistas, um resultado superior ao que apresentam as oito revistas brasileiras selecionadas (2,5%), mas ainda assim muito reduzido. Sobre este universo, ainda, cabem algumas considerações adicionais, tendo por base os dados apresentados no quadro 8:

1. Se considerarmos o conjunto de referências, observaremos que 123 tratam os fenômenos como “golpes” e 49 como “impeachment”, “juicio político”, “crise”, “interrupção presidencial”, etc, numa proporção de praticamente 3 por 1.
2. Focando em cada um dos três países, é possível constatar como, dentre os materiais que fazem alguma referência ao tema, mas que não o abordam de modo direto, o caso hondurenho é o mais mencionado, com 55 ocorrências, seguido do caso paraguaio, com 39, e o caso brasileiro, com 32 menções. Se verifica, então, uma menor desvantagem do caso brasileiro na comparação com aqueles artigos que tratam diretamente do tema.
3. Quanto à caracterização que é feita de cada um dos processos nos artigos publicados nas revistas estrangeiras, dentro do subconjunto ora analisado, mais uma vez o processo hondurenho é o mais tratado como “golpe” (52 das 55 menções ou 94,5%), seguido pelo caso paraguaio (27 de 39 ou 69,2%) e pelo brasileiro (9 de 32 ou meros 28,1%). Vale observar que quando se levam em conta as menções em trabalhos que não abordam diretamente a nossa temática, mesmo que continue minoritário, aumenta proporcionalmente o número de materiais em que o processo brasileiro é definido como um golpe: 28,1% nesses trabalhos contra apenas 10,0%, como já resenhado, no caso dos trabalhos que tratam diretamente do tema que nos ocupa.

⁸ Novamente se refizermos os cálculos levando em consideração apenas o período posterior a cada neogolpe, são estes os resultados: 1,2%, 1,1% e 2,1% dos trabalhos fazem alguma referência secundária ao tema para os casos de Honduras, Paraguai e Brasil respectivamente.

Quadro 8 – Revistas estrangeiras (2009-2018) / Textos que, sem tratar diretamente do tema, fazem alguma menção aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e revista.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
<i>América Latina Hoy</i>	5 100,0%	–	5 100,0%	–	–	–	–	–	–	5 100,0%	–	5 100,0%
<i>Rev.de Ciencia Política</i>	6 100,0%	–	6 100,0%	3 100,0%	–	3 100,0%	–	2 100,0%	2 100%	9 81,8%	2 18,2%	11 100,0%
<i>Colombia Internacional</i>	–	–	–	1 33,3%	2 66,7%	3 100,0%	2 28,6%	5 71,4%	7 100%	3 30,0%	7 70,0%	10 100,0%
<i>Latin American Research Review</i>	7 100,0%	–	7 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	7 100,0%	7 100,0%	7 46,7%	8 53,3%	15 100,0%
<i>Rev.SAAP</i>	–	2 100,0%	2 100,0%	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	–	–	–	1 25,0%	3 75,0%	4 100,0%
<i>Rev.Mexicana de C.Políticas y Sociales</i>	2 100,0%	–	2 100,0%	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	–	–	–	3 75,0%	1 25,0%	4 100,0%
<i>Política y Gobierno Cuadernos del CENDES</i>	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
	2 100,0%	–	2 100,0%	–	–	–	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	3 75,0%	1 25,0%	4 100,0%
<i>Nueva Sociedad</i>	20 100,0%	–	20 100,0%	5 71,4%	2 28,6%	7 100,0%	5 41,7%	7 58,3%	12 100,0%	30 76,9%	9 23,1%	39 100,0%
<i>Rev.Paraguay desde las C. Sociales*</i>	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%
<i>Rev.Paraguay de Estudios Pol. Contemporáneos / NOVAPOLIS</i>	5 100,0%	–	5 100,0%	11 73,3%	4 26,7%	15 100,0%	1 100%	–	1 100,0%	17 80,9%	4 19,1%	21 100,0%
<i>Análisis Político</i>	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	–	–	–	–	–	–	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%
<i>Estudios Políticos</i>	3 100,0%	–	3 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	4 100,0%	–	4 100,0%



<i>Rev. Internacional de Investigación en C.Sociales</i>	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%
<i>Rev. Uruguaya de Ciencia Política</i>	–	–	–	–	1 100,0%	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	–	2 100,0%	2 100,0%
<i>Apuntes</i>	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%
Total	52 94,5%	3 5,5%	55 100,0%	27 69,2%	12 30,8%	39 100,0%	9 28,1%	23 71,9%	32 100,0%	88 69,8%	38 30,2%	126 100,0%

Fonte: Elaboração própria.

* No caso da *Revista Paraguay desde las Ciencias Sociales* o período analisado começa em 2012, ano de início da revista.

Nota: O número de trabalhos é 115, porém a soma alcança os 126 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

O neogolpismo nos Encontros da ABCP

Para além das revistas, também nos debruçamos sobre o material apresentado nos Encontros da ABCP e nos Congressos da ALACIP. Optamos por analisar estes dois eventos por serem disciplinares (atraindo basicamente cientistas políticos, de formação ou atuando atualmente na área), e por constituírem respectivamente os principais eventos nacional e regional na área em questão. No levantamento realizado sobre as últimas quatro edições do encontro da ABCP, identificamos um total de 11 trabalhos que abordam diretamente o nosso tema, representando 0,6 % dos 1.913 trabalhos programados. Além disso, temos 34 trabalhos que de modo indireto fazem alguma referência ao tema, o qual representa 1,8% do total. Assim, temos 45 trabalhos tratando do tema em algum nível, ou seja, 2,3% do total⁹. Esse número reduzido apresenta alguma alta em 2016 (Belo Horizonte, com 3,9% dos trabalhos) e em 2018 (Curitiba, com 3,0% dos trabalhos), em comparação a 2012

⁹ Como o primeiro congresso analisado foi o de 2012, portanto em data em que já tinham acontecido os neogolpes de Honduras e Paraguai, para ambos os países levamos em consideração o período completo. Já no caso brasileiro, podemos tomar apenas os dados dos dois últimos. E ao fazer isto verificaremos que o número de trabalhos que tratam diretamente da nossa temática representa apenas 0,8%, os que fazem alguma alusão indireta ao assunto alcançam os 2,7% e a soma de ambos percentuais totaliza um 3,5%. Todas proporções, mais uma vez, bastante exíguas.

(Gramado, com 1,0%) e a 2014 (Brasília, com 0,9%). Isso é evidentemente provocado pelo caso brasileiro. Mas não se pode afirmar a partir dos dados que essa alta configure uma tendência, na medida em que, se o número de trabalhos tratando diretamente do tema aumenta ligeiramente entre 2016 e 2018, os trabalhos que o mencionam indiretamente caem consideravelmente entre estes Encontros (e com isso o número total de trabalhos que de alguma forma fazem alusão ao tema).

Vejamos os dados dos trabalhos que tratam diretamente dos neogolpes, discriminando-os entre os que os tratam como “golpes” e os que os definem como “impeachments”.

Quadro 9 – ABCP (2012-2018) / Trabalhos que tratam diretamente dos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e ano do evento.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
2012	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%
2014	1 100,0%	–	1 100,0%	2 100,0%	–	2 100,0%	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%
2016	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	2 100,0%	–	2 100,0%	3 100,0%	–	3 100,0%
2018	1 100,0%	–	1 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	1 33,3%	2 66,7%	3 100,0%	2 40,0%	3 60,0%	5 100,0%
Total	4 100,0%	–	4 100,0%	2 66,6%	1 33,3%	3 100,0%	3 60,0%	2 40,0%	5 100,0%	9 75,0%	3 25,0%	12 100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 11, porém a soma alcança os 12 devido a que em um deles aparecem mencionados dois países.

Primeiramente, chama a atenção que a produção sobre os neogolpes nos Encontros da ABCP seja bastante reduzida, quase inexistente – particularmente considerando o número de trabalhos que tratam do tema de forma direta, o que lamentavelmente facilita nossa análise. Há apenas 1 trabalho no Encontro de 2012, que aborda o caso hondurenho como um golpe. No Encontro de 2014, há 2 trabalhos sobre a temática, considerando as quedas de Zelaya e Lugo como “ruptura democrática” e “golpe de Estado parlamentar”. No Encontro de 2016, há

1 trabalho sobre Honduras e (apenas) 2 sobre o Brasil. Vale mencionar que o Encontro se deu em meio ao processo de construção do golpe contra Dilma Rousseff (entre seu afastamento temporário pela Câmara dos Deputados e o definitivo pelo Senado Federal)¹⁰. Finalmente, no Encontro de 2018 há um ligeiro aumento, para 5 trabalhos – quantidade que deveria ter sido significativamente maior se for considerada a definição do tema geral do evento como “O Brasil e sua crise”. Podemos constatar que dessa feita aparecem 3 trabalhos que tratam o tema como “impeachment” e apenas 2 que o qualificaram como golpe¹¹.

Levando em conta os dados de todos os anos, é curioso notar que não há um número consideravelmente superior de estudos apenas sobre o Brasil: 5 trabalhos tratam do caso brasileiro, 4 do hondurenho e 3 do paraguaio. O hondurenho é sempre tratado como golpe, o que é mais nuançado no caso brasileiro. De todo modo, nota-se que os poucos trabalhos dedicados diretamente ao tema o consideram majoritariamente como golpe. Pode-se sugerir que os poucos politólogos brasileiros que se dedicam a esse debate, a ponto de tomá-lo como um tema de pesquisa a ser tratado em seus trabalhos, o fazem movidos, precisamente, pela preocupação de entendê-los como rupturas. Os cientistas políticos que não tratam diretamente do tema tendem a lançar mão genericamente da ideia do “impeachment”, um conceito que alguns poderiam a priori e equivocadamente considerar como “mais neutro”.

Tomando os países separadamente, os poucos trabalhos que analisam os casos hondurenho e paraguaio tendem a considerá-los golpes. Porém, quando se trata do Brasil a visão é diferente, pois esse processo tende a ser majoritariamente tratado como “crise”, “impeachment” ou “interrupção de mandato presidencial”. São muito poucos os que debatem mais claramente a “crise da democracia” e a “pós-democracia” no Brasil. Isso fica mais nítido ao considerarmos os dados de trabalhos que mencionam indiretamente o tema.

¹⁰ O tema foi discutido apenas em uma mesa-redonda nesse Encontro da ABCP (“A Ciência Política e a Crise Brasileira”), sendo tratado como golpe por apenas um dos participantes, Luis Felipe Miguel. Não por acaso, o idealizador do primeiro curso sobre “O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil”, na UnB (Miguel, 2018).

¹¹ Nesse ano ocorreram 9 eventos especiais que trataram do caso brasileiro (3 deles numa perspectiva comparada regional). Esses eventos o apresentaram de forma genérica (portanto fraca) como uma “crise” política, institucional ou constitucional.

Quadro 10 – ABCP (2012-2018) / Trabalhos que, sem tratar diretamente do tema, fazem alguma menção aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e ano do evento.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G+I	G	I	G+I	G	I	G+I	G	I	G+I
2012	–	1	1	–	3	3	–	–	–	–	4	4
		100,0%	100,0%		100,0%	100,0%					100,0%	100,0%
2014	–	–	–	1	–	1	–	–	–	1	–	1
				100,0%		100,0%				100,0%		100,0%
2016	1	–	1	1	1	2	4	13	17	6	14	20
	100,0%		100,0%	50,0%	50,0%	100,0%	23,5%	76,5%	100,0%	30,0%	70,0%	100,0%
2018	–	–	–	–	–	–	2	8	10	2	8	10
							20,0%	80,0%	100,0%	20,0%	80,0%	100,0%
Total	1	1	2	2	4	6	6	21	27	9	26	35
	50,0%	50,0%	100,0%	33,3%	66,7%	100,0%	22,2%	77,8%	100,0%	25,7%	74,3%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 34, porém a soma alcança os 35 devido a que em um dos textos aparecem mencionados dois países.

Pode-se confirmar a partir desse quadro que os trabalhos que não tratam diretamente do tema o apresentam genericamente como “impeachments”. Nesse caso, mesmo para a derrubada de Zelaya e de Lugo, há mais menções no campo do impeachment que do golpe. Mas é para o caso brasileiro que essa tendência é realmente marcante: enquanto 6 trabalhos o mencionam no campo do golpe, 21 o fazem com referência a impeachment ou assemelhados. Nota-se também uma queda nas menções em 2018. Os casos hondurenho e paraguaio desaparecem, e ocorre uma redução considerável do brasileiro. Ao que parece, as rupturas hondurenha e paraguaia tendem a se esvaecer das análises dos cientistas políticos brasileiros, e mesmo o caso brasileiro teve sua atenção consideravelmente reduzida entre 2016 e 2018. Se essa tendência se mantiver, possivelmente teremos em 2020 ainda alguns trabalhos tratando do tema, mas com uma redução ainda mais significativa dos que o mencionam indiretamente (até mesmo para evitar o debate em torno da natureza de processos como o brasileiro).

De um modo geral, salta aos olhos então o desinteresse dos cientistas políticos brasileiros frequentadores da ABCP em relação aos neogolpes. Pode-se afirmar que o tema entra de algum modo no radar dos politólogos brasileiros a partir da crise em seu próprio país – o que indica o interesse reduzido por temas

latino-americanos. A preocupação (quando esta existe) é com a “crise brasileira”, que não chegou ainda a ser cabalmente diagnosticada, se tomamos em conta a participação dos politólogos brasileiros na ABCP.

O neogolpismo nos Congressos da ALACIP

No levantamento feito sobre as últimas cinco edições do Congresso da ALACIP (2010, 2012, 2013, 2015 e 2017), identificamos um total de 76 trabalhos que abordam diretamente o tema que nos ocupa, representando 1,0% dos 7.905 trabalhos programados¹². A distribuição, todavia, é bastante irregular, pois a maioria deles se concentra numa única edição, a de 2017, realizada em Montevidéu. Nessa ocasião, houve 58 trabalhos que trataram do neogolpismo latino-americano (equivalente a 3,0% dos 1.949 trabalhos previstos na ocasião). Já os 18 restantes se distribuíram da seguinte forma: 6 no Congresso de 2010 (Buenos Aires), apenas 1 no Congresso de 2012 (Quito), 8 na edição de 2013 (Bogotá) e 3 no Congresso de 2015 (Lima), o qual, em termos percentuais, significou respectivamente 0,5%, menos de 0,1%, 0,6% e 0,2% dos trabalhos programados em cada edição do evento.

Quanto aos países que são objeto de tais trabalhos, por óbvio no Congresso de Buenos Aires, de 2010, Honduras é o único que aparece (com cinco trabalhos que qualificam os sucessos de 2009 como um “golpe de Estado” e um que não adere a esta caracterização). No Congresso seguinte, realizado em Quito, em 2012, também se faz presente apenas Honduras entre os trabalhos dedicados à nossa temática, pois o golpe no Paraguai tinha acontecido no mês anterior à realização do Congresso, quando as datas para o envio dos trabalhos completos já tinham se encerrado. No caso, houve apenas 1 trabalho que tratou do assunto e que definiu a derrubada de Zelaya como um “golpe”. O leque se amplia em 2013, no Congresso que teve lugar em Bogotá. Na oportunidade, 1 trabalho focou sua atenção só em Honduras, 3 em Honduras e Paraguai e 4 só no

¹² Se formos delimitar por período específico para cada um dos três países, verificaremos que no caso de Honduras os 19 trabalhos que abordam o neogolpe de 2009 representam ínfimos 0,2% dos 7.905 que somam as cinco edições da ALACIP selecionadas. Não muito distantes dos 0,4% que representam os 25 trabalhos que abordam o caso paraguaio, sobre um total de 6.675 trabalhos incluídos na programação da edição de 2012 e subsequentes. Já no caso do neogolpe brasileiro, os 50 textos que abordam o assunto representam 2,6% dos trabalhos programados para a edição da ALACIP do ano de 2017.

Paraguai. Nesse conjunto de 8 trabalhos, predomina a caracterização de “golpe” em ambos os casos: 3 versus 1 para Honduras e 5 versus 2 para o Paraguai. Na edição que seguiu na sequência, a de 2015, realizada em Lima, voltou a ser apenas Honduras o país contemplado, por 3 trabalhos, todos os quais definiram os acontecimentos de 2009 como um “golpe”.

Parágrafo à parte merece o Congresso de Montevidéu, de 2017, dado o aumento expressivo de trabalhos com foco posto no assunto que aqui estamos analisando. Das 58 propostas incluídas na programação que abordam o tema, encontramos 5 que tratam de Honduras, 16 de Paraguai, 50 do caso brasileiro e 2 da América Latina, de forma genérica (a soma supera o número de trabalhos acima citado, pois vários são os que abordam mais de um país). Interessante notar que o significativo aumento de textos focados neste fenômeno que põe em questão a democracia no continente se deve, em grande parte, ao caso brasileiro: 86,2% dos 58 trabalhos incluem a derrubada da presidenta Dilma Rousseff como alvo de análise. Há, porém, um outro fato que também chama a atenção: em 100,0% dos trabalhos que abordam o caso hondurenho a palavra utilizada para definir o que aconteceu no país é “golpe”. O que contrasta com o caso paraguaio, onde esta proporção cai para 62,5%, e ainda mais com o caso brasileiro, para o qual vemos que apenas 40,0% dos 50 trabalhos que incluem os acontecimentos de 2016 na sua análise optam pelo qualificativo de “golpe”.

Quadro 11 – ALACIP (2010-2017) / Trabalhos que tratam diretamente dos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e ano do evento.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G+I	G	I	G+I	G	I	G+I	G	I	G+I
2010	5 83,3%	1 16,2%	6 100,0%	–	–	–	–	–	–	5 83,3%	1 16,2%	6 100,0%
2012	1 100,0%	–	1 100,0%	–	–	–	–	–	–	1 100,0%	–	1 100,0%
2013	3 75,0%	1 25,0%	4 100,0%	5 71,4%	2 28,6%	7 100,0%	–	–	–	8 72,7%	3 27,3%	11 100,0%
2015	3 100,0%	–	3 100,0%	2 100,0%	–	2 100,0%	–	–	–	5 100,0%	–	5 100,0%
2017	5 100,0%	–	5 100,0%	10 62,5%	6 37,5%	16 100,0%	20 40,0%	30 60,0%	50 100,0%	37* 52,1%	36 47,9%	73 100,0%

Total	17	2	19	17	8	25	20	30	50	56*	40	96*
	89,5%	10,5%	100,0%	68,0%	32,0%	100,0%	40,0%	60,0%	100,0%	58,3%	41,7%	100,0%

Fonte: Elaboração própria.

* Inclui 2 ocorrências para América Latina.

Nota: O número de trabalhos é 76, porém a soma alcança os 96 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

Como dito acima, para além da análise dos trabalhos destinados diretamente ao exame das novas formas que assume o golpismo no continente, também fizemos um levantamento das menções que este fenômeno mereceu em textos que não abordavam o tema de forma direta. Foi assim que identificamos, no conjunto dos 7.905 trabalhos programados nas cinco edições do Congresso da ALACIP, 132 trabalhos que faziam algum tipo de referência ao assunto. Somando-os aos 76 já analisados, chegamos a um total de 208 textos que têm como foco os acontecimentos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) ou, mesmo não tendo tal foco, fazem alguma alusão a este tema (o que equivale a 2,6% de tal universo)¹³.

De forma análoga ao que aconteceu com os trabalhos enfocados nos fatos ocorridos nos países citados, nesses que tinham outro tema principal, também a distribuição nas sucessivas edições é bastante irregular. Concretamente, observamos que as menções aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016) nesses trabalhos que tratam de outros temas, que não o do neogolpismo, somam 11 no Congresso de Buenos Aires, 3 em cada um dos Congressos de Quito, Bogotá e Lima e 112 no Congresso realizado em Montevidéu.

Numa análise desagregada desses trabalhos cuja temática não é a do neogolpismo, outra vez verificamos que em 2010 e 2012 o único país mencionado é Honduras, caracterizando a remoção de Zelaya, na maioria dos casos, como um “golpe”: 7 dos 11 trabalhos de 2010 e os 3 de 2012 assim o definem. Na edição seguinte, a de Bogotá, em 2013, só aparecem referências indiretas ao caso paraguaio: 2 consideram que a remoção de Fernando Lugo

¹³ Ao delimitar o universo de análise para cada um dos três países em função do período pós-neogolpe correspondente, temos que os 22 trabalhos sobre Honduras representam 0,3% do universo total, os 24 trabalhos sobre o Paraguai representam 0,4% dos trabalhos apresentados nos congressos de 2012, 2013, 2015 e 2017 e os 104 que abordam o caso brasileiro configuram 5,3% de todos os trabalhos programados para o congresso de 2017, realizado em Montevidéu.

tratou-se de um “golpe” e 1 de “impeachment”. Já no Congresso de 2015, realizado em Lima, os dois países, Honduras e Paraguai, recebem alguma alusão: 1 trabalho faz referência ao “golpe” em Honduras e 2 mencionam o caso paraguaio (um como “golpe” e o outro como “impeachment”).

Novamente abordamos em separado o Congresso de 2017, de Montevidéu, pelo número significativamente maior de propostas que identificamos. Como já antecipado, há 112 trabalhos que, mesmo não abordando diretamente o tema das novas modalidades de golpe na América Latina, fazem alguma referência aos casos de Honduras, Paraguai e/ou Brasil. Chama a atenção, aqui, que a grande maioria se refira a estes sucessos com o qualificativo de “impeachment” ou equivalentes: 82 desses trabalhos assim os definem (73,2%), enquanto apenas 30 optam por qualificá-los como “golpe” (26,8%). Ao discriminar por países, constatamos que o que desequilibra majoritariamente a balança é o caso brasileiro: dos 7 trabalhos que fazem referência à remoção de Zelaya, 6 o qualificam como “golpe” (85,7%), e dos 19 dos que mencionam a remoção de Lugo 11 também optam por este rótulo (57,9%). Já quando se faz referência à remoção de Dilma Rousseff, apenas 25 dos 104 trabalhos definem o que aconteceu como um “golpe” (escassos 24,0%) – mesma tendência observada nos Encontros da ABCP.

Quadro 12 – ALACIP (2010-2017) / Trabalhos que, sem tratar diretamente do tema, fazem alguma menção aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e ano do evento.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
2010	7 63,6%	4 36,4%	11 100,0%	–	–	–	–	–	–	7 63,6%	4 36,4%	11 100,0%
2012	3 100,0%	–	3 100,0%	–	–	–	–	–	–	3 100,0%	–	3 100,0%
2013	–	–	–	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%	–	–	–	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%
2015	1 100,0%	–	1 100,0%	1 50,0%	1 50,0%	2 50,0%	–	–	–	1 33,3%	2 66,7%	3 100,0%

2017	6 85,7%	1 14,3%	7 100,0%	11 57,9%	8 42,1%	19 100,0 %	25 24,0%	79 76,0%	104 100,0%	42 32,3%	88 67,7%	130 100,0 %
Total	17 77,3%	5 22,7%	22 100,0%	14 58,3%	10 41,7%	24 100,0 %	25 24,0%	79 76,0%	104 100,0%	55 36,7%	95 63,3%	150 100,0 %

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 132, porém a soma alcança os 150 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

Conclusão

Para concluir a nossa análise, vamos agregar os dados apresentados separadamente até aqui. Primeiro, vejamos os trabalhos que tratam diretamente dos casos de Honduras, Paraguai e Brasil.

Quadro 13 – Trabalhos que tratam diretamente dos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e tipo de produção.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
Revistas brasileiras	5 71,4%	2 28,6%	7 100,0%	6 66,7%	3 33,3%	9 100,0%	16 55,2%	13 44,8%	29 100,0%	27 60,0%	18 40,0%	45 100%
Revistas estrangeiras	29 90,6%	3 9,4%	32 100,0%	19 76,0%	6 24,0%	25 100,0%	1 10,0%	9 90,0%	10 100,0%	49 73,1%	18 26,9%	67 100%
ABCP	4 100,0 %	—	4 100,0%	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%	3 60,0%	2 40,0%	5 100,0%	9 75,0%	3 25,0%	12 100%
ALACIP	17 89,5%	2 10,5	19 100,0%	17 68,0%	8 32,0%	25 100,0%	20 40,0%	30 60,0%	50 100,0%	56 58,3%	40 41,7%	96 100%
Total	55 88,7%	7 11,3%	62 100,0%	44 71,0%	18 29,0%	62 100,0%	40 42,5%	54 57,5%	94 100,0%	141 64,1%	79 35,9%	220 100%

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 175, porém a soma alcança os 220 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

A partir desse quadro, podemos notar que o caso hondurenho é tratado quase unanimemente como golpe (88,7%), seguido pelo Paraguai (71,0%). Já o caso brasileiro é tratado majoritariamente como impeachment (57,5%). Os casos

hondurenho e paraguaio são interpretados majoritariamente como golpes em todos os tipos de produção, com poucas variações entre cada uma. Já no caso brasileiro, a opção pela caracterização de golpe predomina nas revistas brasileiras e nos Encontros da ABCP, enquanto o rótulo de impeachment aparece como majoritário nas revistas estrangeiras e – mesmo que em menor medida – nos Congressos da ALACIP. Isto nos permitiria afirmar que dentro do pequeno conjunto de colegas do Brasil que têm dado atenção ao tema, haveria uma percepção mais clara sobre o caráter golpista dos acontecimentos de 2016, quando comparada com a leitura que dos mesmos fatos fazem os participantes da ALACIP e os colegas que publicam em revistas do exterior.

Tomando os dados de forma mais agregada, a avaliação predominante é de considerar os casos de neogolpes enquanto tais, em todos os tipos de produção. Desse modo, ao menos entre os que se propõem a escrever diretamente sobre o tema, a percepção é de haver neogolpismo – e é com a motivação de compreendê-lo e eventualmente denunciá-lo que esses trabalhos em geral são elaborados. Vejamos agora como muda quando focamos nos trabalhos que mencionam os neogolpes sem ter esta como a temática central.

Quadro 14 – Trabalhos que, sem tratar diretamente do tema, fazem alguma menção aos casos de Honduras (2009), Paraguai (2012) e/ou Brasil (2016) – Por país, Golpe ou Impeachment e tipo de produção.

	Honduras (H)			Paraguai (P)			Brasil (B)			(H + P + B)		
	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I	G	I	G + I
Revistas brasileiras	2 66,7%	1 33,3%	3 100,0%	–	1 100,0%	1 100,0%	5 16,7%	25 83,3%	30 100,0%	7 20,6%	27 79,4%	34 100,0%
Revistas estrangeiras	52 94,5%	3 5,5%	55 100,0%	27 69,2%	12 30,8%	39 100,0%	9 28,1%	23 71,9%	32 100,0%	88 69,8%	38 30,2%	126 100,0%
ABCP	1 50,0%	1 50,0%	2 100,0%	2 33,3%	4 66,7%	6 100,0%	6 22,2%	21 77,8%	27 100,0%	9 25,7%	26 74,3%	35 100,0%
ALACIP	17 77,3%	5 22,3%	22 100,0%	14 58,3%	10 41,7%	24 100,0%	25 24,0%	79 76,0%	104 100,0%	56 37,3%	94 62,7%	150 100,0%
Total	72 87,8%	10 12,2%	82 100,0%	43 61,4%	27 38,6%	70 100,0%	45 23,3%	148 76,7%	193 100,0%	160 46,4%	185 53,6%	345 100,0%

			%			%			%			%
--	--	--	---	--	--	---	--	--	---	--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

Nota: O número de trabalhos é 259, porém a soma alcança os 345 devido a que em vários destes aparece mencionado mais de um país.

Vemos nesse caso que a percepção dos neogolpes enquanto tais cai consideravelmente. Isso indica provavelmente que, excluídos os politólogos que se dedicam a estudar esses casos específicos e a temática geral que nos interessa, a tendência prevalecente é considerar que se tratou de processos de impeachment (53,6% do total). Essa categoria prevalece de forma contundente nas revistas brasileiras (79,4%), nos Encontros da ABCP (74,3%) e nos Congressos da ALACIP (62,7%). As proporções se invertem apenas no caso das revistas estrangeiras, onde apenas 30,2% dos textos que fazem alguma menção aos acontecimentos de Honduras, Paraguai e/o Brasil os qualificam como processos de “impeachment”, enquanto 69,8% se valem da expressão “golpe”. O que realmente é determinante para esse resultado é o caso brasileiro: este aparece majoritariamente como impeachment em todos os tipos de produção (o que não ocorre com a caracterização do que aconteceu nos outros dois países). Nesse caso, mesmo entre os brasileiros, a percepção sobre a ocorrência de um neogolpe em seu país muda.

O que se extrai de mais relevante da observação dos quadros 13 e 14 é que, enquanto a produção que trata diretamente do tema o classifica majoritariamente como neogolpe, isso não ocorre no maior número de produções que apenas o mencionam. Assim, pode-se sugerir que esta amostra do quadro 14 se aproxima mais da percepção média dos politólogos da região, enquanto os mais preocupados em estudar essas rupturas e nossa temática estão por sua vez pautados por uma visão mais crítica e problematizadora da democracia liberal e particularmente da situação que vêm enfrentando os regimes sócio-políticos da região.

Pode-se constatar que o caso brasileiro é o mais difícil de classificar como neogolpe para os colegas da região, o que possivelmente é motivado pela maior preocupação com os ritos formais em comparação com os outros casos. E talvez porque seja mais difícil para os politólogos brasileiros (evidentemente um número

considerável dos que mencionam o referido processo), classificar seu próprio país como um exemplo de ruptura, e comparativamente mais fácil fazê-lo em relação a outros países (nas raras vezes em que estes entram em seu radar). Assim, pode-se notar adicionalmente que os autores brasileiros (que são, logicamente, a grande maioria nas revistas brasileiras e nos encontros da ABCP) pouco produziram sobre (ou ao menos mencionaram) Honduras e Paraguai. Pode-se sugerir, a partir dessa constatação, que haveria um desinteresse na ciência política brasileira em relação à região da qual fazemos parte.

Adicionalmente, pode ser observada, ainda que levemente, uma maior produção ou um maior número de menções ao tema nos Congressos da ALACIP. Somando referências diretas e indiretas, temos 2,6% para a ALACIP e 2,3% para a ABCP. A diferença é ligeiramente maior comparando os trabalhos que abordam diretamente o tema: 1,0% na ALACIP contra 0,6% na ABCP. Se considerarmos essas diferenças relevantes, podemos sugerir que a ALACIP teria maior abertura (comparativamente à ABCP e às revistas) para a produção de estudantes e colegas oriundos de posições mais periféricas, bem como para a apresentação de textos em preparação e análises de conjuntura. Poderíamos aventar a partir disso que haveria mais produção sobre neogolpismo na ciência política regional (análises de conjuntura, trabalhos em eventos menores e coletâneas), que não chegou aos espaços mais *mainstream* da disciplina e particularmente às revistas. Se chegará ou não, não temos como saber, embora chame a atenção o fato de que transcorridos 10 anos do neogolpe em Honduras, 7 do neogolpe no Paraguai e 3 de concretizado o neogolpe no Brasil seja tão pouco o que tem sido publicado sobre o assunto em pauta.

De todo modo, a partir da análise de uma década de produção da ciência política – tanto a publicada nas principais revistas editadas na ou sobre a América Latina quanto os trabalhos apresentados nos eventos já citados –, e dado o significativo volume de material examinado neste artigo, constata-se a quase ausência da temática dos neogolpes – seja por falta de interesse ou pela falta do necessário arsenal teórico-analítico para tal, contribuindo assim para a sua invisibilização (Boron, 2010). Especificamente quanto ao caso brasileiro, nota-se uma dificuldade em classificá-lo como uma ruptura intitucional, produto de um

golpe. Como sugerimos, isso ocorre provavelmente pelo maior esforço em aparentar legalidade nesse processo, em comparação com os anteriores.

Outro elemento a ser observado é que a grande maioria das produções que abordam o tema em pauta enfocam empiricamente um dos casos de neogolpe. São muito poucas as que abordam comparativamente dois ou os três casos aqui citados. O que implica dizer que são raros os trabalhos que procuram discutir o fenômeno de forma mais teórico-conceitual. Pode-se sugerir que a ciência política se dedica geralmente à empiria e a estudos de casos (em maior medida nacionais). Assim, no tema de nosso interesse temos análises circunscritas a fenômenos nacionais, mas pouco debate no nosso universo de produções sobre o conceito de neogolpismo ou sobre a teoria democrática (eventualmente lançando mão dos casos empíricos para sustentar o debate teórico-conceitual). E foi a essa tendência que nos adequamos neste artigo, estruturando boa parte de nossa pesquisa empírica e consequente apresentação dos resultados a partir do trinômio de casos nacionais Honduras/Paraguai/Brasil, pois é sobre isso basicamente que tratam as produções aqui analisadas.

Mesmo tendo adotado metodologicamente a opção de buscar o tratamento desses casos nacionais a partir do momento da ruptura institucional, devemos observar que nos três casos a crise que derivou nos neogolpismos é bem anterior a esses desfechos. A instabilidade no caso hondurenho começou praticamente desde a reorientação política protagonizada por Zelaya, quando se aproximou do chavismo. Quanto ao caso paraguaio, deve-se observar que a estratégia do impeachment sem maiores justificativas foi lançada contra Lugo desde o início de seu mandato e que, quanto ao caso brasileiro, o processo se iniciou ao menos em 2014, com a contestação do resultado eleitoral pela oposição de direita. Esses indícios já poderiam ter sido considerados pelos politólogos como material para análise (e preocupação). Particularmente no Brasil, seguem-se desde então cinco anos de crise ininterrupta, que culminam com um processo eleitoral em outubro de 2018 marcado por graves irregularidades que põem em xeque a própria legitimidade do pleito, e com um novo governo que vem terminando de desmontar o que restou do regime democrático no país. Como dissemos, pode-se sugerir que o neogolpe brasileiro é menos entendido enquanto tal pela maior lentidão e cumprimento de ritos em comparação aos outros dois casos. Se for essa

a razão para seu tratamento diferenciado, isso só viria a reforçar nossa crítica à obsessão institucionalista e formalista da ciência política hegemônica, que secundariza ou diretamente ignora outras dimensões da vida política que vão além das questões formais e procedimentais.

Nossa pesquisa seguirá em duas direções. Primeiramente, reunindo mais literatura sobre o debate em torno do conceito de neogolpismo (procurando refiná-lo), bem como para a definição de quais casos podem efetivamente se enquadrar nessa categoria – o que exige a análise mais detida de cada evento potencialmente classificável como um neogolpe. Em segundo lugar, seguiremos com a análise do tratamento dado pela ciência política ao tema, levantando os trabalhos apresentados nos próximos Congressos de associações da área (ALACIP 2019 e ABCP 2020), bem como de livros e de cursos sobre o tema, de modo a continuarmos testando a nossa hipótese.

Para além disso, sugerimos uma agenda de pesquisa aos colegas interessados em colocar os neogolpes no centro do debate da ciência política. Cabe encontrar formas de medir e de comparar o espaço dedicado a essa reflexão nos diversos campos de conhecimento das humanidades – e não nos surpreenderíamos com a constatação de uma desvantagem da ciência política nessa comparação. É importante mapear de forma sistemática os conceitos utilizados até aqui para tratar desses fenômenos. A partir disso, deve-se buscar uma definição mais precisa do neogolpismo, potencialmente avançando para algum conceito mais satisfatório do que este de “neogolpes” que estamos preliminarmente adotando. Igualmente, deve-se discutir o que ocorre depois dessas rupturas, o que levará à reflexão em torno dos “Estados de exceção”, “regimes híbridos”, “desdemocratizações”, “pós-democracias”, “reoligarquizações”, etc. O que bem provavelmente impulsionará a necessidade mesma de um repensar de algumas das bases de nossa disciplina.

Referências bibliográficas

BARBÉ, Carlos. “Golpe de Estado”. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco (orgs.), *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UnB, 2010, v. 1.

BIANCHI, Álvaro. "O que é um golpe de Estado?" *Blog Junho*, 26 mar. 2016. Disponível em: <http://blogjunho.com.br/o-que-e-um-golpe-de-estado/>.

BORON, Atilio. "Invisibilizando golpes de estado: lo que la teoría hegemónica en la ciencia política no quiere ver". *Rebelión*, 4/1/2010. <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=98071>

CANNON, Barry. *The Right in Latin America: Elite Power, Hegemony and the Struggle for the State*. Nova Iorque: Routledge, 2016.

FERES JR., João. "Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da ciência política americana tem para nos contar". *Revista de Sociologia e Política*, 2000.

HUERTAS, Omar, CÁCERES, Victor. "Los golpes de Estado constitucionales en Latinoamérica: una amenaza emergente para el principio democrático". *Justicia Juris*, v. 10 n. 2, 2014, pp. 28-35.

JINKINGS, Ivana, DORIA, Kim, CLETO, Murilo (orgs.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEMOINE, Maurice. "La era de los golpes de estado suaves en América Latina". In: *Asociación Mémoire des Luttes*, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe. "Golpe". Texto-resumo da primeira aula da disciplina "Tópicos especiais em Ciência Política 4: O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil", do curso de bacharelado em Ciência Política da Universidade de Brasília. 5/3/2018.

_____. "Brasil: ¿post-democracia o neo-dictadura?". *Revista de la Red Intercatedras de Historia de América Latina Contemporánea (RIHALC)*, n. 8, 2018.

MORENO VELADOR, Octavio H.; FIGUEROA IBARRA, Carlos A. Golpe y neogolpismo en América Latina. *Revista Debates*, v. 13, n. 1, jan.-abr. 2019, p. 150-172.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. "A 'qualidade da democracia' como um problema: que qualidades as nossas democracias deveriam possuir?". *Teoria & Pesquisa*, v. 26, 2017, pp. 6-29.

PERISSINOTO, Renato. *Por que golpe?* 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/29221192/Por_que_golpe. Acesso em 15/3/2019.

REIS, Guilherme Simões. "O fim da era das democracias na América". *L(E)H, Breviário de Filosofia Pública*, n. 146, 2017.

SOLER, Lorena. "Golpes de Estado en el siglo XXI. Un ejercicio comparado Haití (2004), Honduras (2009) y Paraguay (2012)". *Cadernos PROLAM/USP*, v. 14, n. 26, 2015, pp. 77-89.

SOUZA, André Luiz Coelho Farias de (org.). "Dossiê 'Os significados das novas quedas presidenciais na América Latina: instabilidade dos governos ou dos regimes?". *Revista de Ciências Sociais* (UFC), v. 49, n. 1, 2018.

SOUZA, Nelson Rosário de; VALMORE, Fabiane Helene. "A autonomização da ciência política no Brasil a partir da percepção dos editores de sete periódicos nacionais". *10º Encontro da ABCP*, 2016.

TOKATLIAN, Juan Gabriel. "El auge del neogolpismo". *La Nación*, 24 de junho de 2012. Disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1484794-el-auge-del-neogolpismo>

_____. "Neogolpismo". Página/12, 13 de jul. 2009. Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/subnotas/128159-41146-2009-07-13.html>

VITULLO, Gabriel E. "Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica". *Revista de Sociologia e Política*, n.17, 2001, pp. 53-60.

O que a Ciência Política (não) tem a Dizer sobre o Neogolpismo Latino-Americano?

Resumo

Qual tem sido a reação da ciência política latino-americana, e especialmente da ciência política brasileira, diante dos processos de ruptura institucional de novo tipo sofridos por diversos países da região nesta última década? Ou, mais concretamente: como a disciplina vem se posicionando frente ao que aconteceu em Honduras em 2009, no Paraguai em 2012 e no Brasil em 2016? Qual a centralidade que ocupa este tema na agenda de investigação dos cientistas políticos dos nossos países? Procuramos responder a estas perguntas a partir da análise dos textos publicados nas principais revistas da área, assim como do exame dos artigos apresentados nos Congressos da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e nos Congressos da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), buscando por termos selecionados que guardam relação com a temática dos neogolpes. Partimos do pressuposto de que, diante de um fenômeno novo que põe em xeque a sobrevivência das democracias latino-americanas, a ciência política, sempre preocupada justamente com a questão democrática, deveria dar ao assunto o destaque que este merece, pondo-o, assim, no topo das suas preocupações acadêmicas e políticas. O artigo confirma a hipótese da quase ausência do tema na produção da ciência política latino-americana.

Palavras-chave: Ciência Política; Neogolpismo; América Latina.

¿Qué Tiene para (no) decir la Ciencia Política sobre el Neogolpismo Latinoamericano?

Resumen

¿Cuál ha sido la reacción de la ciencia política latinoamericana, y especialmente de la ciencia política brasileña, frente a los procesos de ruptura institucional de nuevo tipo sufridos por varios países de la región en la última década? O más concretamente: ¿cómo la disciplina se ha posicionado frente a lo que sucedió en Honduras en 2009, en Paraguay en 2012 y en Brasil en 2016? ¿Cuál es la centralidad de este tema en la agenda de investigación de los politólogos de nuestros países? Apuntamos a responder a estas preguntas analizando los textos publicados en las principales revistas del área, así como examinando los artículos presentados en los Congresos de la Asociación Brasileña de Ciencia Política (ABCP) y los Congresos de la Asociación

Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP), buscando términos seleccionados que tienen relación con el tema de los neogolpes. Partimos de la suposición de que, ante un nuevo fenómeno que pone en tela de juicio la supervivencia de las democracias latinoamericanas, la ciencia política, siempre preocupada precisamente por la cuestión democrática, debería dar al tema el protagonismo que merece, poniéndolo así en la cima de sus preocupaciones académicas y políticas. El artículo confirma la hipótesis de la cuasi ausencia del tema en la producción de la ciencia política latinoamericana.

Palabras clave: Ciencia Política; Neogolpismo-; América Latina.

What does the Political Science (not) have to say about the new forms of institutional breakthrough suffered in Latin America?

Abstract

What has been the reaction of Latin American Political Science, and especially of Brazilian Political Science, to the processes of institutional ruptures of a new type suffered by several countries in the region in the last decade? Or, more concretely: how has the discipline been positioning itself against what happened in Honduras in 2009, in Paraguay in 2012, and in Brazil in 2016? What is the centrality of this theme in the research agenda of the political scientists of our countries? We seek to answer these questions by analyzing the texts published in the main journals of the area, as well as examining the articles presented at the Congresses of the Brazilian Association of Political Science (ABCP) and the Congresses of the Latin American Association of Political Science (ALACIP), looking for selected terms that are related to the theme. We start from the assumption that, faced with a new phenomenon that calls into question the survival of Latin American democracies, Political Science, always concerned precisely with the democratic question, should give the subject the prominence it deserves, thus putting it at the top of their academic and political concerns. The article confirms the hypothesis that the theme is almost absent in the production of Latin American political science.

Keywords: Political Science; Neo-coups d'État; Latin America.

